



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
 UTFPR - CAMPUS PATO BRANCO
 DIRETORIA-GERAL - CAMPUS PATO BRANCO
 DIR. DE GRAD. E EDUCACAO PROFISSIONAL-PB
 SECRETARIA DE BACHARELADO E LICENCIATURAS-PB
 Via do Conhecimento, Km 1 - CEP 85503-390 - Pato Branco - PR - Brasil
 Telefone: (46) 3220-2511 - www.utfpr.edu.br



Pato Branco, 15 de junho de 2026.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo N° 23064.000723/2026-15)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **MATERIAL DE JARDINAGEM E INSUMOS AGRÍCOLAS PARA O NÚCLEO SUDOESTE DA UTFPR**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE MEDIDA	CAMPUS PATO BRANCO	CAMPUS FRANCISCO BELTRÃO	QUANTIDADE TOTAL – NÚCLEO SUDOESTE	CAMPUS MEDIANEIRA	CAMPUS SANTA HELENA	QUANTIDADE TOTAL - NÚCLEO OESTE	CAMPUS CORNÉLIO PROCÓPIO	QUANTIDADE TOTAL - NÚCLEO NORTE	QUANTIDADE TOTAL FINAL	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO R\$	PREÇO ESTIMADO TOTAL R\$
1	Acaricida e inseticida a base de ABAMECTINA (18g/L). Com Registro No MAPA. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	Litro	0	7	7	0	0	0	0	0	7	47,53	332,71
2	Acaricida e inseticida a base de ESIPIROMESIFENO (240g/L). Com Registro No MAPA. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	Litro	0	7	7	0	0	0	0	0	7	139,36	975,52
3	Adjuvante a base de éster metílico de óleo de soja (720 g/L), concentrado emulsionável. Com registro no MAPA. Validade mínima: 1 ano após a entrega.	Litro	150	25	175	0	50	50	0	0	225	24,78	5.575,50
4	Adjuvante a base de óleo mineral (75,6%). Com registro no MAPA. Validade mínima: 1 ano após a entrega.	Litro	190	30	220	0	50	50	0	0	270	15,34	4.141,80
5	Adjuvante super espalhante não iônico à base de trisiloxano etoxilado (100% silicone), para o uso de fungicidas, inseticidas, herbicidas, fertilizantes e fitoreguladores. Com qualidade equivalente ao produto da marca Silwet L-77. Com registro no MAPA.	Litro	1	0	1	0	0	0	0	0	1	154,49	154,49
6	Adubo Químico Cloreto de Potássio com concentração mínima de 58% de KCl, Com registro no MAPA.	Saco 50kg	107	9	116	0	10	10	0	0	126	180,00	22.680,00
7	Adubo Químico com formulação 10-26-14 (ou similar desde que contenha concentração mínima de 8% de N, 20% de P2O5 e 14% de K2O na formulação). (Saco 50 kg). Com registro no MAPA. Validade mínima: 1 ano após a entrega.	Saco 50kg	110	10	120	0	20	20	0	0	140	200,74	28.103,60
8	Adubo Químico com formulação 2-20-20 (ou similar desde que contenha concentração mínima de 18% de P2O5 e 18% de K2O). (Saco 50 kg). Com registro no MAPA. Validade mínima: 1 ano após a entrega.	Saco 50kg	5	15	20	0	20	20	0	0	40	225,45	9.018,00
9	Adubo Químico Super fosfato simples com concentração mínima 16% de P2O5. Com registro no MAPA.	Saco 50kg	5	9	14	0	10	10	0	0	24	146,58	3.517,92
10	Adubo químico Uréia. Mínimo de 45% De Nitrogênio (Saco 50 kg). Com registro no MAPA.	Saco 50kg	25	9	34	0	0	0	0	0	34	171,71	5.838,14
11	Argila expandida Tipo 2215 ou 3222 indicada para jardinagem e paisagismo.	saco 25 Kg	4	0	4	0	10	10	0	0	14	47,51	665,14
12	Bandeja de isopor para produção de mudas 128 células	unidade	6	20	26	0	0	0	0	0	26	27,31	710,06
13	Bandeja de tubete tipo mesa com 108 células em polipropileno rígido preto com dimensões de 59 cm x 42 cm x 42 cm	unidade	0	12	12	3	0	3	0	0	15	55,75	836,25
14	Bandeja Flexível em plástico para semeadura com 128 células com dimensões aproximadas de cada célula de 5 cm de altura, 3 cm de largura da boca e 0,8 de largura do fundo.	Unidade	0	20	20	0	0	0	0	0	20	14,65	293,00
15	Bandeja Flexível em plástico para semeadura com 50 células quadradas com dimensões aproximadas de cada célula de 8 cm de altura, 4,9 cm de largura da boca e 3,6 cm de largura do fundo	Unidade	10	20	30	0	0	0	0	0	30	16,87	506,10
16	Bandeja plástica com 15 células, dimensões: 6,5 cm x 34 cm x 21 cm, volume total: 2,4 L, volume por célula: 0,164 l.	Unidade	50	0	50	0	0	0	0	0	50	23,50	1.175,00
17	Barbante de sisal para fardos de feno 3 mm	Kg	22	0	22	0	0	0	0	0	22	43,81	963,82
18	Cabo em madeira trabalhada para aplicação em enxada. Comprimento do cabo: 1,50 metros; formato do cabo: cilíndrico. Características Adicionais: abertura Para Cunha -enxada.	unidade	5	0	5	0	0	0	0	0	5	12,80	64,00
19	Calcário Dolomítico com no mínimo 85% de PRNT	Tonelada	90	2	92	0	0	0	0	0	92	287,44	26.444,48
20	Calcário Dolomítico Filler Prnt 100%	kg	125	0	125	0	0	0	0	0	125	1,08	135,00
21	Cianamida hidrogenada (520g/L). Com registro no MAPA. Validade mínima: 1	Litro	4	0	4	0	0	0	0	0	4	215,85	863,40

	ano após a entrega.												
22	Cola entomológica AMARELA para captura de insetos. Apresentação: embalagem de 1 litro	Litro	6	1	7	0	5	5	0	0	12	149,96	1.799,52
23	Cola entomológica AZUL para captura de insetos. Apresentação: embalagem de 1 litro	Litro	6	3	9	0	5	5	0	0	14	126,80	1.775,20
24	Estерco Natural/Terra Vegetal E Pó Xaxim.	saco 25 kg	5	0	5	0	0	0	0	0	5	21,90	109,50
25	Etiquetas De Papel Sensível À Água Utilizado Para Avaliar A Qualidade De Aplicação De Defensivos Agrícolas Com Dimensões De 76 Mm Por 26 Mm Cada. Pacotes Lacrados Contendo 50 Etiquetas.	Unidade	0	2	2	0	0	0	0	0	2	264,64	529,28
26	Fertilizante composto orgânico Classe A, sólido, origem animal.	Saco 25 kg	50	0	50	0	50	50	0	0	100	138,33	13.833,00
27	Fertilizante Mineral Misto, De Uso Via Foliar. Composição mínima: 20% Cobre; 10% Enxofre; 5% Cálcio. Saco De 2kg. Com Registro No Mapa. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	Unidade	0	3	3	0	0	0	0	0	3	76,49	229,47
28	Floreira retangular, na cor preta, confeccionada em polipropileno ou polietileno. Deve ser reforçada para permitir manuseio e ser resistente às intempéries do tempo (sol/chuva). Medidas aproximadas, contudo, não menores que: 56cm de comprimento da abertura (parte superior), 17 cm de largura da abertura (parte superior) e 17 cm de altura. Deve acompanhar prato plástico, na cor preta, compatível com o fundo para aparar excesso de água.	unidade	10	0	10	0	0	0	0	0	10	122,97	1.229,70
29	Formicida Com Princípio Ativo Fipronil (2,5%). Com Registro No Mapa. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	Litro	5	2	7	0	0	0	0	0	7	108,83	761,81
30	Fumigador para apicultura com capacidade nominal de 6 litros, constituído por corpo cilíndrico (fornalha), tampa articulada, grelha interna, bico direcionador tipo alongado (formato "bico de pato") e sistema de insuflação de ar manual por meio de fole. Corpo, tampa, grelha e bico confeccionados em aço galvanizado . O fole estruturado em material rígido (madeira ou equivalente) com revestimento em material sintético flexível e resistente, dotado de tela de proteção na entrada de ar. Alças ou pontos de apoio em material isolante térmico, dimensões totais aproximadas: 41 cm de altura e 25 cm de diâmetro.	Unidade	1	0	1	0	0	0	0	0	1	426,67	426,67
31	Fungicida Com Associação De Princípios Ativos Epoxiconazol [50g/L] + Flupaíroxade [50g/L] + Piraclostrobina [81 G/L]. Com Registro No Mapa. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	Litro	1	2	3	0	0	0	0	0	3	184,33	552,99
32	Fungicida Com Associação De Princípios Ativos Fluxapiroxade [167g/L] + Piraclostrobina [333 g/L]. Com Registro No Mapa. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega	Litro	2	2	4	0	0	0	0	0	4	417,89	1.671,56
33	Fungicida Com Ingredientes Ativos (PICOXISTROBINA + TEBUCONAZOL + MANCOZEBE [26,66 G/L + 33,33 G/L + 400,00 G/L]. Com Registro No Mapa. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega	Litro	80	2	82	0	0	0	0	0	82	75,80	6.215,60
34	Fungicida Com Ingredientes Ativos Azoxistrobina (200 g/L) + Difenoconazol (125 g/L), Apresentação Suspensão Concentrada. Com Registro No Mapa. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	Litro	40	2	42	0	0	0	0	0	42	248,33	10.429,86
35	Fungicida Com Ingredientes Ativos Trifloxistrobina (150 g/L) + Protioconazol (175 g/L). Com Registro No Mapa. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	Litro	1	2	3	0	0	0	0	0	3	269,75	809,25
36	Fungicida Com Princípio Ativo Benzovindiflupir (150 G/Kg) + Azoxistrobina (300 G/Kg). Com Registro No Mapa. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	Kg	0	5	5	0	0	0	0	0	5	491,25	2.456,25
37	Fungicida Com Princípio Ativo Bixafen (125 g/L) + Protioconazol (175g/L) + Trifloxistrobina (150g/L). Com Registro No Mapa. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	Litro	50	7	57	0	0	0	0	0	57	269,75	15.375,75
38	Fungicida com princípio ativo Trifloxistrobina (100g/L) + Tebuconazol (200 g/L). Tipo de formulação: Suspensão Concentrada (SC). Com registro no Mapa. Validade mínima: 1 ano após a entrega.	Litro	1	0	1	0	0	0	0	0	1	133,47	133,47
39	Fungicida sistêmico com princípio ativo Azoxistrobina (155 G/L) + Oxatiapirolina (15 G/L). Com registro	Litro	1	0	1	0	0	0	0	0	1	516,79	516,79

	no MAPA. Validade mínima de 1 ano após a entrega.												
40	Fungicida/Bactericida de ação multissítio. Hidróxido de cobre (53,744% m/v), equivalente em cobre metálico (35,000% m/v). Com registro no MAPA. Validade mínima: 1 ano após a entrega.	Kg	10	0	10	0	0	0	0	0	10	93,17	931,70
41	Fungicida/Bactericida de contato, pó molhável, Oxícloreto de cobre 840 g/kg (84,0% m/m), equivalente em cobre metálico 500 g/kg (50,0% m/m), com registro no MAPA. Válido 1 ano após a entrega	Kg	10	0	10	0	5	5	0	0	15	96,16	1.442,40
42	Grama para jardim, em leivas, sem colocação, tipo esmeralda, livre de sementes, ervas daninhas e detritos de qualquer natureza. O fornecedor deverá possuir registro no RENASEM e realizar a entrega em 03 (três) etapas, com intervalo semanal.	M²	5000	0	5000	0	0	0	1000	1000	6000	12,44	74.640,00
43	Herbicida Com Ingrediente Ativo Tipo Glifosato, Fórmula Concentrada Solúvel, Concentração 480 G/L. Com registro no MAPA. Validade mínima: 1 ano após a entrega.	GL 20 L	32	3	35	0	15	15	10	10	60	693,00	41.580,00
44	Herbicida Com Princípio Ativo Ácido Diclorofenóxiacético (2,4d), 67%. Com registro no MAPA. Validade mínima: 1 ano após a entrega.	Litro	3	60	63	0	40	40	0	0	103	31,97	3.292,91
45	Herbicida Com Princípio Ativo Atrazina [Mínimo 250 G/L] + Simazina [Mínimo 250 G/L], Formulação: Suspensão Concentrada. Com registro no MAPA. Validade mínima: 1 ano após a entrega.	Litro	60	60	120	0	0	0	0	0	120	31,50	3.780,00
46	Herbicida com princípio ativo Cletodim (240 G/L). Com registro no MAPA. Validade mínima: 1 ano após a entrega.	Litro	201	15	216	0	100	100	0	0	316	42,83	13.534,28
47	Herbicida Com Princípio Ativo Diquate, Com Concentração De 200 G/L. Com Registro No MAPA. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	Litro	211	20	231	0	0	0	0	0	231	23,10	5.336,10
48	Herbicida Com Princípio Ativo Glufosinato, Sal De Amônio, Com Concentração De 200 G/L. Com Registro No MAPA. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	Litro	201	30	231	0	0	0	0	0	231	20,10	4.643,10
49	Herbicida com princípio ativo piroxasulfona, 500,0 g/L (50,00% m/v), grupo químico pirazol. Suspensão concentrada (SC). Com registro no MAPA.	Litro	2	0	2	0	0	0	0	0	2	234,38	468,76
50	HERBICIDA SELETIVO DE AÇÃO NÃO SISTÊMICO DO GRUPO QUÍMICO DA BENZOTIADIAZINONA; BENTAZONA 60%; APRESENTAÇÃO CONCENTRADO SOLÚVEL. Com Registro No MAPA. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	Litro	6	0	6	0	0	0	0	0	6	120,78	724,68
51	HERBICIDA SELETIVO DE AÇÃO SISTÊMICA DO GRUPO QUÍMICO ÁCIDO ARILOXIFENOXIPROPIONICO. CLODINAFOPE-PROPARGIL 24%. APRESENTAÇÃO CONCENTRADO EMULSIONÁVEL (EC). Com Registro No MAPA. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	Litro	0	3	3	0	0	0	0	0	3	584,33	1.752,99
52	Herbicida Sistemico Seletivo Para As Culturas De Aveia Branca, Aveia Preta E Trigo. Princípio Ativo: Metsulfurom Metílico, Com Concentração Mínima De 600g/Kg. Em Embalagens De No Máximo 10 G. Formulação: Granulado Dispersível. Com registro no MAPA	Grama	20	100	120	0	100	100	0	0	220	5,14	1.130,80
53	Inseticida + fungicida para tratamento de sementes a base de PIRACLOSTROBINA 25 g/L, TIOFANATO METÍLICO 225 g/L e FIPRONIL 250 g/L. Com registro no MAPA	Litro	0	2	2	0	0	0	0	0	2	425,17	850,34
54	Inseticida A Base De Acefato (750 G/Kg). Com Registro No MAPA. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	Kg	50	5	55	0	5	5	0	0	60	51,67	3.100,20
55	Inseticida com associação de ingredientes ativos a base de tiametoxam (140 G/L) + Labda-cialotrina (106 G/L). Com Registro No MAPA. Validade mínima: 1 ano após a entrega.	Litro	50	5	55	0	10	10	0	0	65	175,27	11.392,55
56	Inseticida com princípio ativo Beta-ciflutrina (12,5 g/L) + Imidacloprido (100 g/L). Com Registro No MAPA e validade mínima: 1 ano após a entrega.	litro	50	10	60	0	10	10	0	0	70	54,05	3.783,50
57	Inseticida Com Princípio Ativo Metomil 215 G/L. Concentrado Solúvel, com registro no MAPA	Litro	0	10	10	0	0	0	0	0	10	26,78	267,80
58	Inseticida não sistêmico de origem biológica a base de ESPINETORAM 250,00 g/kg (25,0% m/m). TIPO DE FORMULAÇÃO: Grânulos dispersíveis em água (WG), com registro no MAPA. Validade de 1 ano após a entrega	Kg	2	0	2	0	0	0	0	0	2	1.788,78	3.577,56

59	Inseticida Para Cupim com Agente Inseticida Cipermetrina. Apresentação Aerosol Residual, Incolor, Pronto Para Uso, Com Agulha Injetora E Protetor Anti Refluxo. Fornecido em Frasco Com 400 mL.	Litro	12	0	12	0	0	0	0	0	12	31,22	374,64
60	Inseticida regulador de crescimento de insetos a base de TEFLUBENZUROM 150 g/L (15% m/v), inibidor da síntese de quitina GRUPO QUÍMICO: TEFLUBENZUROM, com registro no MAPA. Validade de 1 ano após a entrega	Litro	2	7	9	0	0	0	0	0	9	181,35	1.632,15
61	Inseticida Sistêmico e de Contato, dos grupos químicos Neonicotinoide (ACETAMIPRIDO, 167 g/L) e Éter difenílico (ETOFENPROXI, 300 g/L). Com Registro No MAPA. Validade mínima: 1 ano após a entrega.	Litro	3	0	3	0	5	5	0	0	8	78,67	629,36
62	Isca Formicida Granulada, Tendo Como Composição Sulfuramida (0,02%) . Com Registro No MAPA. Validade Mínima: 1 Ano Após A Entrega.	kg	15	17	32	0	50	50	0	0	82	13,82	1.133,24
63	Isca Raticida Com Princípio Ativo Bromadiolone (0,005%), Formulação Granulada, Com 25 G Por Pacote. Com Registros Legais Para Uso No Estado Do Paraná.	Gramas	5500	0	5500	0	500	500	0	0	6000	1,26	7.560,00
64	Limitador/ separador de canteiros de plástico, na cor verde, com borda redonda, com 11 cm de altura. Apresentação: Rolo de 30 metros.	Unidade	17	0	17	0	0	0	0	0	17	113,53	1.930,01
65	Lona Plástica Virgem Dupla Face Com 200 Micras De Espessura. Rolo De 8 X 100 Metros	Rolo	1	2	3	0	1	1	0	0	4	1.698,66	6.794,64
66	Macacão de proteção para apicultura tipo ventilado multicamadas, confeccionado em tecido sintético predominantemente em poliéster, estrutura dupla face, com gramatura média a pesada, composto por sistema multicamadas que mantenha afastamento mínimo de 5 mm entre o tecido externo e a pele do usuário. Deve possuir fechamento frontal por zíper de alta resistência, com dois cursores, combinado com sistema complementar de vedação (velcro ou similar). Punhos com elástico dotados de alça para fixação no dedo polegar. Barra das pernas com elástico contendo alça adicional para fixação ao pé. Cintura com elástico interno, orifício vedado na região do pescoço, com sistema de fechamento seguro, permitindo a ingestão de líquidos por meio de canudo sem a necessidade de retirada do equipamento. Costuras reforçadas nos pontos críticos de tração, como entrepernas, axilas, extremidades do zíper e bolsos. Capuz destacável, máscara formato circular, totalmente ventilada, com viseira frontal em tela plástica de alta visibilidade, armação estruturada para garantir afastamento da tela em relação ao rosto. Carneira interna ajustável à cabeça e sistema de fixação ao macacão por meio de faixa de proximadamente 2 cm de largura. Luva confeccionada em tecido cross e forrada com tecido sintético antiferroada, com punhos longos para proteger o antebraço. Modelos em dois tamanhos G e GG, conforme especificado pelo solicitante no momento do pedido.	Unidade	2	0	2	0	0	0	0	0	2	558,89	1.117,78
67	Óleo De Neem [Azadirachta Indica], Inseticida Do Grupo Dos Tetranortriterpenoides, Produto 100% Natural, Ingrediente Ativo Azadiractina, Concentração De 2 G/L Ou Superior. Com registro no MAPA. Validade mínima: 1 ano após a entrega.	Litro	7	0	7	0	10	10	0	0	17	83,46	1.418,82
68	Pazinha Para Jardinagem, Com Lâmina Larga [Aprox. 8 Cm] Em Aço Carbono, Pintura Epóxi E Cabo De Madeira Envernizado. Comprimento Total Aproximado De 30 Cm.	Unidade	5	0	5	0	0	0	0	0	5	11,52	57,60
69	Perfil Em Pvc Rígido Para Hidroponia, Formato Retângulo 80x40mm, Com Parte Externa Branca E Interna Preta. Comprimento do perfil a ser definido no ato do pedido, conforme solicitação.	Metros	30	0	30	0	0	0	0	0	30	49,82	1.494,60
70	Pulverizador costal elétrico, com capacidade nominal de 20 litros. Deve possuir bomba elétrica integrada, com pressão de aproximadamente 4,0 bar (60 psi). O tanque confeccionado em polietileno de alta densidade, resistente a impactos e a produtos químicos. Equipado com bateria recarregável do tipo ion-lítio (Li-ion) ou tecnologia equivalente, intercambiável, com autonomia mínima de 6 horas em pressão máxima e até 13 horas em pressão mínima, acompanhada de carregador bivolt compatível.	Unidade	2	0	2	0	0	0	1	1	3	487,33	1.461,99

	Mangueira com comprimento mínimo aproximado de 1,30 m, lança de pulverização, registro com gatilho, bico regulável com possibilidade de jato sólido e cone vazio, filtro interno no depósito e cinta de sustentação acolchoada e ajustável. Dimensões aproximadas de 52,5 cm de altura, 22 cm de largura e 40 cm de profundidade, com peso aproximado de até 5 kg (vazio).												
71	Ração Para Peixe [Tilápias], Fase Crescimento, Com variação de Proteína entre 30 e 32%, Potenciada – 6 Mm, Extrusada.	Kg	100	0	100	0	0	0	0	0	100	5,14	514,00
72	Ração Para Peixe [Tilápias], Fase Crescimento, Com variação de Proteína entre 32 e 36%, Potenciada – 3 a 5 Mm, Extrusada.	Kg	75	0	75	0	0	0	0	0	75	5,14	385,50
73	Ração Para Peixe [Tilápias], Fase Juvenil, Com 42% De Proteína, Potenciada 2,5 Mm, Extrusada	Kg	50	0	50	0	0	0	0	0	50	5,14	257,00
74	Ração Para Peixe [Tilápias], Fase Terminação, Com 28% De Proteína, Potenciada - 8 Mm, Extrusada.	Kg	125	0	125	0	0	0	0	0	125	5,14	642,50
75	Regador plástico com capacidade para 10 litros.	unidade	2	5	7	0	0	0	0	0	7	20,36	142,52
76	Saco Plástico Para Mudar Com Dimensões 20 Cm X 30 Cm X 0,20 Cm	Milheiro	0	1	1	0	0	0	0	0	1	366,20	366,20
77	Saco Plástico Para Mudar, Dimensões 15cmx 20cm.	Milheiro	1	1	2	0	0	0	0	0	2	188,39	376,78
78	Semente de Alfafa (Lactuca sativa), variedade lisa, pureza física mínima de 99%, germinação mínima de 80%, embalagem longa vida aluminizada de 50g, dentro do prazo de validade.	unidade	0	2	2	0	1	1	0	0	3	113,96	341,88
79	Semente De Aveia Cultivar Iapar 61, Selecionada E Fiscalizada.	Kg	2160	330	2490	0	750	750	0	0	3240	5,00	16.200,00
80	Semente De Azevém, Selecionado E Fiscalizado.	Kg	100	50	150	0	0	0	0	0	150	10,79	1.618,50
81	Semente de beterraba (Beta vulgaris), redonda, híbrida, pureza física mínima de 99%, germinação mínima de 80%, embalagem longa vida aluminizada de 50g, dentro do prazo de validade.	unidade	0	2	2	0	1	1	0	0	3	24,65	73,95
82	Semente de cenoura (Daucus carota), inverno, pureza física mínima de 99%, germinação mínima de 80%, embalagem longa vida aluminizada de 50g, dentro do prazo de validade.	unidade	0	2	2	0	1	1	0	0	3	30,96	92,88
83	Semente de couve-brocólis (Brassica oleracea var. italica), ninja, híbrido, pureza física mínima de 99%, germinação mínima de 80%, embalagem longa vida aluminizada de 100g, dentro do prazo de validade.	unidade	0	2	2	0	1	1	0	0	3	77,78	233,34
84	Semente de couve-flor (Brassica oleracea var. botrytis), inverno, pureza física mínima de 99%, germinação mínima de 80%, embalagem longa vida aluminizada de 50g, dentro do prazo de validade.	unidade	0	2	2	0	1	1	0	0	3	115,31	345,93
85	Semente De Milheto, Com No Mínimo 80% De Pureza.	Kg	960	200	1160	0	0	0	0	0	1160	6,33	7.342,80
86	Semente de Nabo Forrageiro. Mínimo de 90% de pureza e 80% de germinação.	Kg	460	75	535	0	210	210	0	0	745	9,03	6.727,35
87	Semente de repolho (Brassica oleracea var. capitata), híbrido, pureza física mínima de 99%, germinação mínima de 80%, embalagem longa vida aluminizada de 50g, dentro do prazo de validade.	unidade	0	2	2	0	1	1	0	0	3	52,47	157,41
88	Semente fiscalizada de ervilhaca. Mínimo de 90% de pureza e 80% de germinação.	Kg	460	75	535	0	150	150	0	0	685	10,88	7.452,80
89	Sombrite Com Tratamento Anti Uv E Anti-Oxidante Com 70% De Sombreamento 3m x 50m	Rolo	2	0	2	0	0	0	0	0	2	465,89	931,78
90	Substrato Agrícola (Composto Por: Cascas Processadas E Enriquecidas, Vemiculita Expandida)). Saco de 25 kg,	Saco 25Kg	64	14	78	3	115	118	0	0	196	23,23	4.553,08
91	Sulfato de cobre (98,5%). Apresentação: sólido.	kg	1	0	1	0	0	0	0	0	1	35,26	35,26
92	Tesoura Material Lâmina: Aço Inoxidável, Material Cabo: Plástico, Características Adicionais: Com Mola, Comprimento: Cerca 20 CM, Comprimento Lâmina: Cerca 6,5 CM	unidade	4	0	4	0	10	10	0	0	14	47,31	662,34
93	Trena de medição longa. Extensão: 50 metros. Material da Fita: Fibra de vidro de alta resistência (não condutiva e lavável). Graduação: Milímetros e polegadas em ambos os lados, com proteção contra abrasão. Estrutura: Corpo em plástico ABS de alto impacto, modelo carretel aberto com manivela para recolhimento e empunhadura ergonômica.	Unidade	1	0	1	0	5	5	0	0	6	40,88	245,28
94	Vasos para mudas 5 L, sem alça.	Unidade	20	0	20	50	0	50	0	0	70	8,40	588,00

95	Vermiculita Expandida fina - Embalagem de 100 L	saco 100 litros	1	5	6	0	0	0	0	0	6	98,08	588,48
												TOTAL	424.559,66

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. A(s) Ata(s) de registro de preços, oriunda(s) deste processo, terá(ão) vigência de **12 (doze) meses**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. As contratações decorrentes das atas de registro de preço, resultantes deste processo, serão formalizadas por meio da emissão de Nota de Empenho, cuja execução se dará conforme disposto neste Termo de Referência, permanecendo vigente até o completo cumprimento das obrigações pela contratada, inclusive quanto à entrega dos bens e eventual garantia.
- 1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.7. As especificações e descrições técnicas dos materiais, de maneira completa e precisa, estão descritas neste Termo de Referência, sendo que na ocorrência de possíveis diferenças entre estas e as encontradas na relação de itens gerada pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br> e disponível para o registro das propostas, prevalecerão as primeiras.
- 1.8. As marcas eventualmente citadas destinam-se apenas a facilitar o entendimento a respeito da especificação do produto solicitado, podendo serem cotados produtos de qualquer outra marca, desde que apresentem as mesmas especificações técnicas e qualidade igual ou superior ao referenciado.
- 1.9. O preço ofertado deve incluir todo e qualquer custo, inclusive frete, taxas e impostos, que porventura venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência.
- 1.10. A entidade gerenciadora da presente contratação é o **Núcleo Regional Sudoeste** da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), composto, neste processo, pelos *Campi* Pato Branco e Francisco Beltrão, da referida Instituição.
- 1.11. A participação na presente licitação, implica a ciência e concordância tácitas com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos, ficando a licitante contratada, responsável, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação, conforme Orientação Normativa AGU n.º 84, de 2024.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC)/Plano de Contratações Anual (PAC) 2026, conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 75101873000190 -0-000006/2026

II - Data de publicação no PNCP: 13/05/2025

III - Id do item no PCA: 22

IV - Classe/Grupo: 8720

V - Identificador da Futura Contratação: 153177 - 24/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos seguindo os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 4.2. Os fornecedores, sempre que possível, devem priorizar produtos que apresentem o melhor desempenho ambiental ao longo de seu ciclo de vida, com função, qualidade e nível de satisfação igual, ou melhor, se comparado com um produto padrão, em observância, ainda, à IN SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 dentre outros normativos vigentes.
- 4.3. Considerando a sustentabilidade ambiental, o licitante fabricante e/ou fornecedor deverá atender critérios que considerem os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas, conforme disposição da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, mais especificamente no art. 5º;

a) Embalagem: Os bens devem ser, preferencialmente, entregues e acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, e que as mesmas utilize materiais recicláveis e/ou sejam recicláveis, indicados na embalagem o tipo de reciclagem, garantindo a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

b) Os materiais descritos no Termo de Referência deverão, sempre que possível, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e elaboração dos materiais e equipamentos;

c) Contratada deverá atender, no que couber, aos critérios de Sustentabilidade Ambiental previstos na IN SLTI /MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Indicação de marcas ou modelos

- 4.4. As marcas eventualmente citadas destinam-se apenas a facilitar o entendimento a respeito da especificação do produto solicitado, podendo ser cotados produtos de qualquer outra marca, desde que apresentem as mesmas especificações técnicas e qualidade igual ou superior ao referenciado.

Subcontratação

- 4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) envio da nota de empenho por e-mail, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (05) cinco dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

I - **Campus Pato Branco:** Via do Conhecimento, km 01, Bairro Fraron, CEP: 85503-390, no município de Pato Branco/PR; Setor Almojarifado. e-mail: dialm-pb@utfpr.edu.br, (46) 3220-2567.

II - **Campus Francisco Beltrão:** Rua Gelindo João Folador, nº 2000. Bairro Novo Horizonte, Francisco Beltrão - PR, CEP 85602-863: demap-fb@utfpr.edu.br, (46) 3520-2624.

III - **Campus Medianeira:** Avenida Brasil, 4232 - Medianeira - PR, CEP 85722-332, demap-md@utfpr.edu.br, (45) 3240-8000

IV - **Campus Santa Helena:** Prolongamento da Rua Cerejeira, sn. Bairro São Luiz, Santa Helena - PR, CEP 85892-150, demap-sh@utfpr.edu.br, (45) 3080-1800.

V - **Campus Cornélio Procopio:** Avenida Alberto Carazzai, nº 1640, Centro, CEP 86300-013, Cornélio Procopio – PR, (43) 3133-3700 / 3701 , demap-cp@utfpr.edu.br
- 5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 meses.
- 5.5. O fornecimento será efetuado de acordo com as necessidades individuais de cada um dos 2 (dois) Campi do Núcleo Regional Sudoeste da UTFPR.
- 5.6. É facultado à administração realizar quantos pedidos referentes às quantidades registradas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS lhe forem necessários, nos quantitativos que lhe for conveniente, até o limite das quantidades estipuladas para cada item.
- 5.7. Os itens devem ser entregues com no **mínimo 70% de sua validade em vigor**, sendo que a mesma não deve ser inferior a 12 (doze) meses, ressalvados os casos em que a vida útil total do produto for, comprovadamente, inferior ao estipulado neste instrumento.
- 5.8. A contratada deverá assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes neste Termo no Referência, no Edital e seus Anexos, bem como da respectiva proposta.
- 5.9. A descarga fica por conta da CONTRATADA.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.10. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 6.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.16. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- 6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 7.2.4. Multa:
- 7.2.4.1. A multa será recolhida em percentual de no mínimo 0,5% e no máximo 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, conforme a gravidade da infração, nos termos do Manual de Sanções Administrativas da UTFPR.
- 7.2.4.2. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 79, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

- 8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, que coincide com a data de assinatura do presente documento.
- 8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, para **Registro de Preços**, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de fornecimento

- 9.2. O fornecimento do objeto será integral, respeitados os quantitativos da(s) eventual(is) nota(s) de empenho emitida(s), conforme as necessidades individuais de cada *campi* componente da entidade gerenciadora, durante o prazo de validade da ata de registro de preços.

Exigências de habilitação

- 9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).
- 9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 9.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 9.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação está previsto em R\$ 424.559,66 (quatrocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Assinam abaixo os membros da Equipe de Planejamento da Presente Contratação:

Nome	Campus	Designação
Andressa Pilonetto	Pato Branco	Presidente
Antonio Pedro Brusamarello	Francisco Beltrão	Membro Técnico
Jonatas Thiago Piva	Francisco Beltrão	Membro Técnico
Giovani Benin	Pato Branco	Membro Técnico
Arthur Facin de Bortoli	Pato Branco	Membro área de compras



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ANDRESSA PILONETTO, TÉCNICA DE LABORATORIO AREA**, em (at) 15/06/2026, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **GIOVANI BENIN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em (at) 15/06/2026, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **JONATAS THIAGO PIVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em (at) 15/06/2026, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ANTONIO PEDRO BRUSAMARELLO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em (at) 15/06/2026, às 20:45, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ARTHUR FACIN DE BORTOLI, ADMINISTRADOR**, em (at) 16/06/2026, às 07:55, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5757707** e o código CRC (and the CRC code) **360C35D8**.